

RIO MEIA PONTE E CÓRREGOS QUE SERPENTEIAM A CIDADE DE GOIÂNIA

Miraci Kuramoto Nucada*
Celene Cunha M.A. Barreira**

Resumo: este trabalho pretende discutir alguns pontos relacionados ao uso dos cursos d'água da cidade de Goiânia, mais especificamente, a apropriação desses recursos pelos agentes imobiliários.

Palavras-chave: rio Meia Ponte, expansão urbana, paisagem

Abstract: *this paper will discuss some points related to use of river of the city from Goiania, more specifically, the ownership of these resources for real estate agents.*

Key words: *Meia-Ponte river, urban expansion, scenery*

Goiânia¹, aos seus setenta e três anos é considerada uma cidade jovem em relação às da Europa. Esta jovem cidade conseguiu em sua 'pouca idade' degradar os cursos d'água que correm por entre quadras e vias de sua paisagem urbana. Neste artigo pretendemos discutir o uso dos córregos e nascentes desta 'jovem' cidade. Pretendemos, ainda, apresentarmos um breve histórico sobre a fundação da cidade de Goiânia apontando as diretrizes que nortearam o planejamento urbanístico no que diz respeito aos córregos e áreas verdes.

O sítio para sua localização fora escolhido por decisão de uma Comissão nomeada em fins de 1932 tendo como presidente o então Bispo de Goiás, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira. Essa Comissão foi assessorada pelos engenheiros Sr. João Argenta e Jerônimo Fleury Curado e o médico Laudelino Gomes de Almeida. Esta comissão ficou incumbida de realizar os estudos das condições topográficas, hidrológicas e climáticas dos municípi-



os de Bonfim, hoje Silvânia, Pires do Rio e Campinas. A escolha desses municípios se deu em razão de Silvânia sediar a última estação de ferro do estado Goiás e Pires do Rio a penúltima. O trecho Silvânia – Anápolis estava em construção². Decidiram por Campinas submetendo o relatório ao parecer dos engenheiros Armando Augusto de Godói, Benedito Neto de Velasco e Américo de Carvalho Ramos, posteriormente, encaminhado ao chefe do governo estadual, o qual fora aprovado³.

Neste parecer a Comissão apresentou sugestões para o traçado urbanístico, uso urbano e rural da área escolhida. Observamos que alertavam quanto à necessidade de orientar o crescimento urbano do sítio, inclusive sobre a valorização e comercialização dos terrenos. A área escolhida para a construção da cidade de Goiânia compreendia três fazendas, Criméia, Vaca Brava e Botafogo, todas próximas à Campinas sendo que as duas últimas com nascentes de córregos do mesmo nome (Figura 1). Estes córregos eram/são afluentes do Rio Meia Ponte, tal como os córregos, Cascavel, Anicuns, que cortavam/cortam a cidade de Campinas.

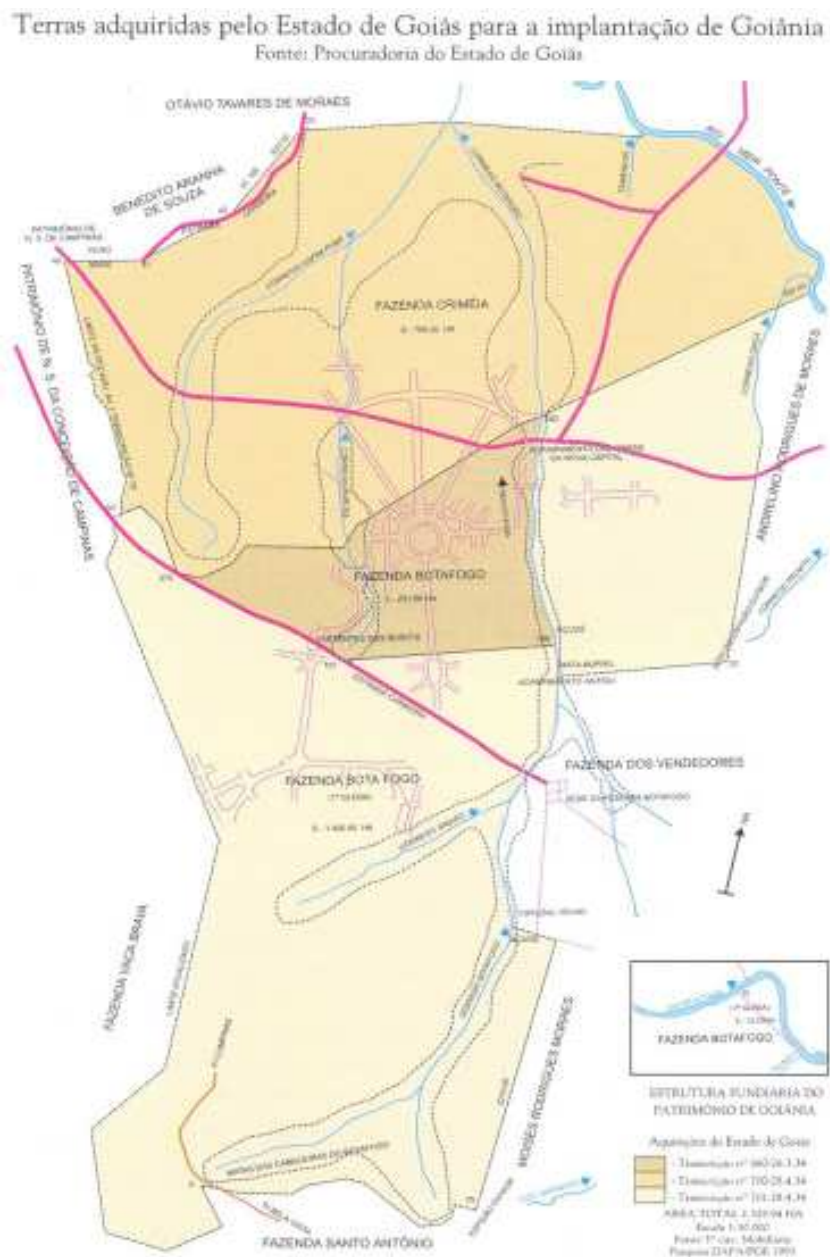


Figura 1. Mapa fundiário das terras adquiridas pelo Estado. Fonte: DAHER, Tânia. Goiânia: uma utopia européia no Brasil. Goiânia: ICBC, 2003.

O projeto da nova cidade foi encomendado, em julho de 1933, ao arquiteto e urbanista Atílio Correa Lima. Este projeto foi finalizado tendo sua entrega formal ao Governo do Estado em janeiro de 1935. Objetivando que a cidade de Goiânia tivesse um clima ameno e agradável este arquiteto, em seu projeto (Figura 2), traçou largas avenidas arborizadas e criou grandes áreas de jardins. Por intermédio de leis (zoneamento) procurou proteger os cursos d'água e áreas verdes dos bosques para amenizar o clima e preservar o abastecimento de água da cidade. O Córrego Botafogo constava neste projeto como o manancial abastecedor de água da futura capital. Diz ele,

A bacia de infiltração que formará a cabeceira do Córrego Botafogo será interditada a toda e qualquer construção, no perímetro que será marcado. Esta interdição que se estende também aos estabelecimentos agropecuários visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do Córrego Capim Puba, susceptível de servir de reforço ao abastecimento. As águas que correm pelo Buritizal deverão ser drenadas nos lugares alagadiços por meio de tubos de grés e despejados no canal descoberto, traçado pelo talweg. Estas águas servirão para alimentar os efeitos atrativos do Parque dos Buritis. (LIMA, 1937, p.145)

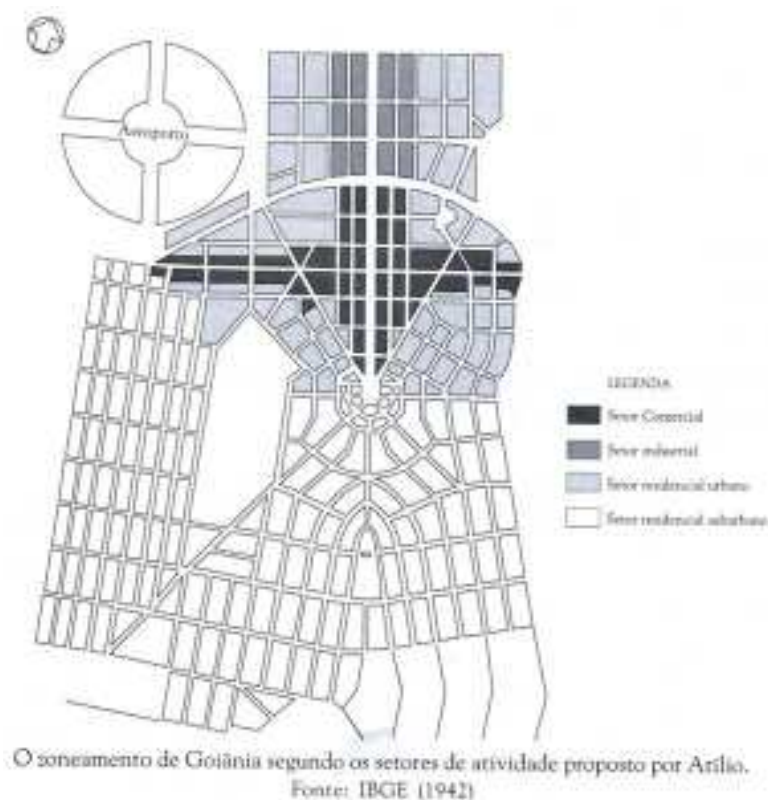


Figura 2. Plano Urbanístico e Zoneamento de Goiânia, Projeto de Atílio Correa Lima. Fonte: DAHER, Tânia. Goiânia : uma utopia européia no Brasil. Goiânia: ICBC, 2003.

Conforme projeto do arquiteto Atílio Correa Lima o Buritizal, situado entre a Rua 72 e Alameda dos Buritis seria transformado em pequeno parque. As margens do Córrego Capim Puba deveriam transformar-se em um *parkway* estendendo-se por todo o seu curso até atingir a região situada ao norte do aeródromo. O local do aeródromo que consta neste projeto é a atual Praça do Avião, no Setor Aeroporto. O urbanista criou, ainda, outro parque no Bosque Botafogo de 54 ha que seria o principal parque da cidade



e deveria ser conservado em seu estado “natural”, com apenas alguns caminhos e picadas de passeio. Como ele mesmo afirmou, “a simples conservação da mata e uma rigorosa vigilância contra devastação é o bastante para preservar este rico patrimônio que se encontra dentro do perímetro urbano”.

Década de trinta... Nasceu uma capital no sertão!

A Apropriação da Paisagem de Goiânia e suas Conseqüências

Depois de implantado o projeto do arquiteto e urbanista Atilio Correia Lima iniciaram-se as modificações no plano urbanístico. A título de exemplo temos o Setor Sul que foi inteiramente modificado pelo engenheiro Armando Augusto de Godoi. Este redesenhou o setor conforme as diretrizes de desenho das cidades-jardins. Foi a partir de então que os córregos e bosques da cidade de Goiânia passaram a sofrer constantes agressões. As matas ciliares foram inteiramente retiradas de todos os córregos que eram piscosos e marcaram a memória das pessoas mais idosas que relatam sobre as pescarias e folguedos infantis ali praticados. Como diz o Sr. Massanari “Ah! aqueles nossos corgo onde nós pescava e fazia piquenique...!”⁴

A cidade de Goiânia cresceu além do planejado e o zoneamento foi reformulado. Os mananciais que, inicialmente seriam preservados foram inteiramente circundados por residências, comércio e/ou indústria. Contudo, a falta de rigor da legislação, da monitoração e a especulação imobiliária resultou numa expansão urbana descontrolada, que por sua vez, provocou danos nos cursos d’água que serpenteia o núcleo urbano⁵.

Sabe-se que no Zoneamento a cidade é dividida em zonas nas quais são definidas as atividades, função, parâmetros urbanísticos⁶, áreas verdes e a densidade, que pode ser baixa, média ou alta. Numa zona de baixa densidade admite-se, geralmente, até duas unidades residenciais uni-familiares por lote e, nesse caso, o parâmetro urbanístico assegura o direito de construir uma vez a área do lote enquanto que a zona de alta densidade admite mais de três vezes a área do lote⁷. Dessa maneira, o simples fato de elevar o potencial construtivo de alguma região da cidade, seja por aumento do índice de aproveitamento ou mudança na categoria da densidade provoca imediatamente a valorização dos terrenos e outros imóveis contidos no mesmo. Assim sendo, o imóvel pode abrigar uma edificação com maior área construída com várias unidades residenciais. Em consequência pode deteriorar a qualidade das condições urbanas pelo subdimensionamento da infra-estrutura e/ou pelo acréscimo de pessoas e/ou movimentação ou impacto ambiental.

Com o crescimento vertical da cidade na zona de alta densidade o lençol freático sofre danos específicos que vão refletir na vazão dos cursos d’água. Isso ocorre por várias razões:

- 1) pela redução da recarga com a impermeabilização do solo;
- 2) devido as garagens subterrâneas ocuparem totalmente o subsolo impedindo a alimentação do lençol freático;
- 3) alguns edifícios bombeiam constantemente a água do lençol freático que aflora em seu subsolo.
- 4) poços artesianos que são perfurados como meio de baratear a conta junto à Concessionária do serviço de tratamento de água.

Essas práticas juntamente com outros fatores como canalização dos córregos e retirada da vegetação ciliar são os grandes responsáveis pela degradação e risco à perenidade dos cursos d’águas da cidade de Goiânia. Corre-se o risco, inclusive, de reduzir a vazão e alimentação dos lagos artificiais construídos na cidade.



Em Goiânia a Lei de Zoneamento transformou o entorno das nascentes dos córregos em zonas de alta densidade. Próximo às nascentes novos parques foram construídos. Na nascente do córrego Botafogo foi construído o Jardim Botânico, na do córrego Areião o Parque Areião, na do córrego Sumidouro, Parque Flamboyant Lourival Louza, na do córrego Vaca Brava o Parque Sullivan Silvestre Vaca Brava, na do córrego Capim Puba o Lago das Rosas Zoológico. Atualmente se encontra em construção um parque próximo à nascente do córrego Cascavel. A título de exemplo, podemos citar o Parque Sullivan Silvestre – Vaca Brava, bem como, os parques dos Córregos Areião e Capim Puba que apresentam em suas imediações um altíssimo adensamento verticalizados (Figuras 3 e 4) formando uma cortina de concreto, aço e vidro que barram os benefícios gerados pelo microclima do conjunto córrego, vegetação e atmosfera, prejudicando o restante da cidade e da população.



Figura 3. Vista aérea do Bosque dos Buritis. Fonte: Foto cedida por Walmir Aguiar.



Figura 4. Vista aérea do Parque Areião. Fonte: Foto cedida por Walmir Aguiar.

A urbanização dessa região trouxe benefícios à sociedade em detrimento do meio ambiente (Figura 5 e 6) uma vez que a impermeabilização do solo, principalmente na região de alagamento do córrego acarretou o descarte das águas pluviais que, não infiltrando no solo, não abastece o lençol freático provocando um abaixamento do mesmo e perda de algumas nascentes e afloramentos de lençol.



Figura 5. Recreio familiar no parque Areião. Fonte: Acervo fotográfico da autora.



Figura 6. Canalização e impermeabilização da faixa de proteção permanente do Córrego Botafogo. Fonte: Google Earth.

Existem pontos de vista e usos distintos para um mesmo parque, entre eles, as do capitalista, da gestão pública e do usuário. O primeiro se apropria do bem público para agregar valor ao seu negócio, o segundo talvez com fins eleitoreiros e o terceiro para recrear, exercitar, namorar..., etc. O que parece prevalecer é o ponto de vista do capitalista imobiliário que consegue se apropriar dos corpos d'água e das áreas verdes, em proveito próprio, agregando-os aos seus empreendimentos para fins lucrativos. Os capitalistas e os especuladores imobiliários transformam o bem da natureza, seja a água ou a terra em mercadoria, sem se importarem com o fato de que a exploração indiscriminada somada aos

impactos pós-ocupação provocam danos aos córregos, rios etc.. Isso passa a ser um problema dos órgãos ambientais, um problema público. Da mesma maneira esses personagens segregam as áreas do entorno das paisagens urbanas que podem proporcionar melhor efeito estético e ambiental induzindo a urbanização, a valorização e a verticalização. Eles criam a moda, a “necessidade” e conseqüentemente o desejo de consumo gerando na cidade conflitos que contribuem para a formação de uma sociedade de indiferentes.

A publicidade no intuito de promover as vendas dos imóveis apresentam os lagos e os parques como se os mesmos fizessem parte do empreendimento tal como as vagas na garagem, a unidade de conservação passa a funcionar como a área de lazer do edifício. Em pouco tempo transformam o espaço no entorno do bem público em um alto paredão de concreto e vidro impactando a paisagem e expulsando os pobres do lugar transformando em espaço de segregação e forma uma barreira para o restante da população. A título de exemplo, o Parque Flamboyant⁸ em Goiânia, foi inaugurado este ano e já está passando por esse processo. Em sua volta existem tantos edifícios em construção que aparenta ser um grande canteiro de obras. Esse loteamento, localizado, na parte central do Jardim Goiás foi aprovado em 1950, porém só depois dos anos 1970 tornou-se mais urbanizado com a implantação de infra-estrutura básica e a construção de grandes equipamentos de comércio e serviços, entre os quais: Estádio Serra Dourada, Telegoiás, escola de segundo grau de grande porte, *Shopping Center Flamboyant*. No entanto, embora contando com grandes equipamentos públicos e que exercem grande atração de pessoas é, ainda, um bairro com baixa densidade demográfica. A partir de anos 1990, se iniciaram as construções dos edifícios habitacionais, mas só nos últimos anos o ritmo da verticalização acelerou-se. O entorno, contudo, ainda possui grandes áreas vazias. Por enquanto o bairro vizinho Alto da Glória é um grande canteiro de obras e deve ser adensado mais rapidamente que o Jardim Goiás.



Figura 7 .Entulho e lixo jogado no rio Meia Ponte. Fonte: acervo fotográfico da autora.

Já a contínua expansão urbana horizontal absorve as áreas rurais com suas matas e cursos d’água estendendo a degradação a seus leitos e margens. A título de exemplo podemos mencionar o rio Meia Ponte que, no projeto inicial da cidade de Goiânia, ficava fora do perímetro urbano e fora absorvido em conseqüência do crescimento horizontal.

Este passou a ser o manancial de abastecimento da cidade em substituição ao córrego Botafogo. Atualmente o rio Meia Ponte, logo após o local de captação d'água para o abastecimento da cidade, encontra-se degradado. Em seu leito são depositados constantemente resíduos sólidos e a mata ciliar de suas margens foi altamente devastada. Ali algumas indústrias descartam, clandestinamente, seus efluentes e, mais adiante todo o esgoto com e/ou sem tratamento é ali depositado. O rio de águas doces e claras de outra apresenta-se, em tempos de seca, com águas turvas e fétidas (Figuras 7 e 8).



Figura 8. Descarregamento de esgoto de indústria. Fonte: foto cedida por José Délio.

Atualmente há intenso o debate sobre a polêmica questão do microclima e aumento da preocupação dos cidadãos em relação às práticas ambientalmente saudáveis na cidade de Goiânia. Nota-se o crescimento de indivíduos interessados no debate da recuperação e preservação dos rios e córregos do meio urbano.

Enfim, a expansão urbana envolve um conjunto de situações e consequências e, em particular aos mananciais em todas as suas dimensões. É grande o desafio para atingir a compreensão de tudo que compõe a expansão urbana de Goiânia e seus impactos aos cursos d'água que serpenteiam seu conjunto.

Notas

- ¹ A população de Goiânia, conforme projeção do IBGE, era de 1.244.645 pessoas em 2007.
- ² A estação de Anápolis foi inaugurada em 1935, mesmo ano do decreto de criação do município de Goiânia.
- ³ O sítio escolhido se localizava no centro da região povoada do Estado.
- ⁴ Massanari Kuramoto, 72 anos. Entrevista realizada em 18.07.2007
- ⁵ O plano urbanístico inicial fora projetado para 50 mil habitantes, hoje a população urbana passa de 1 milhão e duzentos conforme a contagem do IBGE/2007.
- ⁶ Os parâmetros urbanísticos são os padrões a que são submetidos as construções. Em Goiânia, as edificações devem atender aos seguintes parâmetros urbanísticos definidos para cada zona: taxa de ocupação do terreno, índice de aproveitamento do terreno, taxa de impermeabilização do terreno e afastamentos laterais, fundo, e frontal, em relação aos limites do terreno ou lote.



⁷ Esse pré-requisito para um terreno de 360m² permitiria construir um edifício de 1.080m² de área construída, se a taxa de ocupação do solo na zona for de 50%, então o prédio teria 6 pavimentos.

Referências

- BARBOSA, Altair Sales. Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado. Goiânia: UCG, 2002.
- BERMÚDEZ, Nury e METZGER, Pascale. El médio ambiente urbano em Quito. Quito, Ecuador: Dirección General de Planificación Y Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement em Coopération (ORSTOM), 1996.
- BROWN, Lester R. Eco-economia: construindo uma economia para a terra. Salvador: Uma, 2003.
- DAHER, Tania. Goiânia: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: 2003.
- DE SOTO, Hernando. O mistério do capital: por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte: Nova Economia, n 1, v 3, set 1993.
- FERRARI, Célson. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: Pioneira, 1991.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1997.
- HOGAN, Daniel Joseph. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire (orgs). Dilemas sócioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp, 1995.
- IBGE. Censo 2000. Brasil 2002. Rio de Janeiro: IBGE 2002.
- LIMA, Atilio Correa. Goiânia: a nova capital de Goiás. Rio de Janeiro: Arquitetura e urbanismo, março/abril 1937.
- MASCARÓ, Juan. Desenho urbano e custos de urbanização. Brasília: Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, 1987.
- _____. Qualidade das obras urbanas. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- _____. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: L. Mascaro, 2003.
- OLIVEIRA, Aluísio Pires de. Estatuto da cidade: Anotações à lei 10.257, de 10.07.2001. Curitiba: Juruá, 2002.
- SEPLAN - SEPIN. Informações sócio-econômicas de Goiás e dos municípios.

* Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Católica de Goiás, Especialista em Planejamento Urbano e Ambiental pela Universidade Católica de Goiás, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. *E-mail*: miracikuramoto@pop.com.br

** Geógrafa, graduada e mestre pela Universidade Federal de Goiás e Doutora pela Universidade São Paulo. Profa Dra. no Programa de Pós-Graduação em Geografia. IESA - UFG. *E-mail*: celene.barreira@uol.com.br

